



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1999/15	DATA: 08/10/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 11h08min	PÁGINAS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bom dia a todos! Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 15ª reunião ordinária da Comissão, realizada no dia 6 de outubro, e indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado...

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do Deputado André Fufuca, com o número regimental de assinaturas já conferidas pela Assessoria da Mesa: nos termos do art. 52, § 5º, c/c o art. 117, *caput*, do Regimento Interno, *“requeremos a inclusão do Requerimento nº 347 na Ordem do Dia da reunião de hoje desta Comissão”*. Ementa: *“requer ao Ministério Público Federal informações detalhadas sobre a conta bancária nº CH 3008679000005163446, no banco Morgan Stanley, na Suíça”*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - É extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Extrapauta.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, a revista *Época*, do dia 15 de agosto de 2015, uma revista que dispensa comentários pela sua credibilidade e correção, divulgou matéria referente à empresa Pepper. E essa mesma empresa,



segundo a denúncia da revista, abriu uma *offshore* em nome de laranjas no Panamá, no nome da Sra. Danielle — inclusive existe requerimento de convocação da mesma —, para que fossem recebidos valores em uma conta aberta na Suíça no banco Morgan Stanley.

Então, para que possamos confirmar, ou negar, tamanha afirmação — volto a dizer, é uma afirmação grave a de uma empresa do porte da Pepper ter recebido esse recurso —, eu peço aos pares que nos ajudem para que possamos colher essas informações, pois a mesma informação passada pela revista pode tanto ser verdadeira como falsa.

Então, cabe a nós investigar para sabermos da sua veracidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Indago se alguém deseja encaminhar contra.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu só quero indagar do autor qual é a relação dessa conta da empresa e dessa empresa com o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Segundo a própria matéria, se V.Exa. puder lê-la, a tratativa para a empresa Queiroz Galvão trabalhar em Angola foi feita através de um financiamento do BNDES e a Pepper teria recebido dinheiro desse financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço à Assessoria a abertura do painel para a votação nominal das Sras. e Srs. Parlamentares.

Está aberta a votação.

Enquanto procedemos à votação, eu queria dividir com V.Exas. uma sugestão que gostaria de fazer. Nós temos os Requerimentos nºs 222, do Deputado Adail Carneiro, 254, do Deputado Betinho, 289, do Deputado Davidson Magalhães, e o 298, do Deputado Davidson Magalhães, que requerem a participação do Sr. Sérgio Giovanetti Lazzarini, Ph.D. em Administração, e da Dra. Monica Baumgarten de Bolle, economista e doutora, para que possam vir a esta CPI discorrer sobre análises feitas a partir do papel do banco no setor produtivo, convidam o Sr. Rogério Studart, Ph.D. em Economia, para que preste esclarecimentos sobre operações de



crédito firmados pelo BNDES, e fazem também o convite ao Sr. Felipe Rezende, Ph.D. em Economia e Matemática, para que venha também fazer uma explanação.

A minha intenção, Deputado Betinho, seria trazer os quatro economistas, os quatro Ph.Ds. em Economia, para que nós pudéssemos fazer um seminário, contando com a participação dessas quatro pessoas referenciais nessa área, Deputado Davidson, e o abriríamos aos Consultores da CPI, aos Assessores da CPI e aos Parlamentares. Mas seria uma atividade extraplenário da Comissão Parlamentar de Inquérito, seria um seminário paralelo às ações da CPI. Acho que nós poderíamos ter um grande ganho com a participação desses doutores, desses mestres, desses Ph.Ds., para que pudessem aclarar algum ponto ainda obscuro da parte dos assessores, dos consultores e também dos Parlamentares. Então, indago se nós poderemos levar a cabo essa intenção de promover esse seminário e convidar essas pessoas citadas.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela sugestão. Eu acho que ela é amplamente bem recepcionada, porque é uma oportunidade que nós teremos para compreender um pouco mais esses mecanismos. Talvez isso seja uma grande contribuição desta CPI que venha a beneficiar pelo menos o entendimento dos Deputados.

Não é esse o papel *stricto sensu* da CPI. Mas, do jeito que a caravana vai, eu acho que alguma coisa que vamos ganhar com esta CPI é esse seminário que V.Exa. está propondo. É um seminário de alto nível, com Ph.Ds., etc. e tal, já que estamos com dificuldade de apurar e investigar as coisas aqui. Eu estou de acordo com V.Exa. para participarmos desse seminário. Se tiver certificado, alguma coisa assim, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Arnaldo Jordy.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, só para ratificar a sua posição, apoiar e endossar as palavras do Deputado Jordy, acho que é muito pertinente este debate, porque, além de investigar, nós precisamos também compreender o conteúdo da política adotada pelo banco. E nada melhor do que



estabelecermos um contraditório com especialistas que estão fora do banco. Portanto, estou totalmente de acordo com sua proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Também acho boa a sugestão e nela me incorporo. E também quero registrar que vou votar a favor com o Deputado André Fufuca, que fez a sugestão da investigação, apesar de não concordar com as observações que ele faz sobre a seriedade e a presteza da publicação da *Época*. Mas, em relação à necessidade de nós termos essa informação, eu vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Davidson Magalhães.

Com a palavra o Ministro Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLEES - Meu caro Presidente, primeiramente eu quero fazer coro com... Parabéns! Eu acho que esse é um viés positivo, mais do que interessante ele é proativo. Nós vamos ter dificuldades investigativas aqui dentro. Talvez seja melhor caminhar um pouco por esse lado do conhecimento de pessoas com notório saber na área. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Informo também as Sras. e Srs. Parlamentares de que todas as solicitações de servidores, que foram requisitadas pelo Relator e pelos Sub-Relatores, já estão à disposição de V.Exas.

Nós temos já na Casa: servidores do Tribunal de Contas da União, o Sr. Luiz Sérgio Madeiro da Costa e o Sr. Robson da Silva Chagas; da CVM, o Sr. Florisvaldo Justino Machado Gonçalves; da CGU, o Sr. Marco Antônio Prandini; do COAF, o Sr. Vinícius Santana; da Polícia Federal, o Sr. Francisco Ângelo Gurgel Filardi; do Banco do Brasil, os Srs. Carlos Augusto Vieira Campos e Cleovânio Dias de Souza; e, da Receita Federal, o Sr. Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Nós temos aqui todos os contatos dessas pessoas que estão disponibilizadas por esses órgãos, graças à ação direta do Relator e dos Sub-Relatores. Então, são pessoas extremamente preparadas, qualificadas, técnicos reconhecidamente brilhantes nas suas áreas de atuação, que estão à disposição de V.Exas. E depois,



através do Secretário da Mesa, nós vamos encaminhar os contatos e os nomes de todas as pessoas, dos servidores que estão prestando serviços a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Divulgação do resultado: 17 votos “sim”; nenhum voto contrário.

O acordo, felizmente, está funcionando neste plenário. Como existe acordo, e nós passamos agora à Ordem do Dia, nós vamos votar em bloco os Requerimentos nº 1 até o nº 38, incluindo o requerimento ora aprovado do Deputado André Fufuca: item 1, Requerimento nº 211; item 2, Requerimento nº 242; item 3, Requerimento nº 244; item 4, Requerimento nº 253; item 5, Requerimento nº 260; item 6, Requerimento nº 261; item 7, Requerimento nº 266; item 8, Requerimento nº 267; item 9, Requerimento nº 276; item 10, Requerimento nº 277; item 11, Requerimento nº 280; item 12, Requerimento nº 290; item 13, Requerimento nº 292; item 14, Requerimento nº 293; item 15, Requerimento nº 294; item 16, Requerimento nº 295; item 17, Requerimento nº 296; item 18, Requerimento nº 297; item 19, Requerimento nº 301; item 20, Requerimento nº 302; item 21, Requerimento nº 303; item 22, Requerimento nº 304; item 23, Requerimento nº 305; item 24, Requerimento nº 306; item 25, Requerimento nº 308; item 26, Requerimento nº 311; item 27, Requerimento nº 312; item 28, Requerimento nº 313; item 29, Requerimento nº 318; item 30, Requerimento nº 319; item 31, Requerimento nº 322; item 32, Requerimento nº 323; item 33, Requerimento nº 324; item 34, Requerimento nº 325; item 35, Requerimento nº 328; item 36, Requerimento nº 337; item 37, Requerimento nº 340; e item 38, Requerimento nº 341. O extrapauta recebe o nº 347.

As Sras. e os Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu queria solicitar ao autor a possibilidade de retirada do item 25.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Item 25, do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Isso, do Deputado André Moura. E, já adiantando também, saber se ele concordaria com a retirada do item 43, que



V.Exa. ainda não leu, mas já resolveríamos esse problema, se houver a concordância do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, veja, nós estamos aprovando uma pauta extensa. Se é uma solicitação — e há um compromisso para que ele permaneça para as próximas deliberações —, da minha parte, a retirada no dia de hoje não é problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. permite então a retirada do item 25 e também do item 43 da pauta?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Permito. Eu acolho a solicitação do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para manter o clima de harmonia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, Deputado. Que sejam retirados então o item 25 e o item 43 da pauta.

Em bloco, os Requerimentos de nº 1 a 38, com a supressão do item 25.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passa-se ao próximo item, o Requerimento nº 39, dos Srs. Caio Narcio e Antonio Carlos Mendes Thame, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, para prestar depoimento sobre suas atividades de intermediação junto ao BNDES”*.

Junto ao Requerimento nº 39, nós temos o Requerimento nº 113, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, e o item 41, Requerimento nº 309, do Sr. André Moura, que requer a convocação também de igual teor.

Passo a palavra ao eminente Deputado Arnaldo Jordy, mas, antes, indago ao Plenário se há acordo na retirada desses itens da pauta.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu solicito a retirada da pauta de hoje, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está certo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esse o acordo... Eu só queria deixar isso... ratificando aqui o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sem prejuízo ao futuro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sem prejuízo de uma apreciação posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k. Que sejam retirados da pauta então os Itens 39, 40 e 41.

Passa-se ao item 42, Requerimento nº 54, do Sr. Carlos Melles, que *“solicita a convocação do Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro do MDIC, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas, estou seguindo aquela máxima que fizemos, desde o início da CPI, de chamar, de convocar, todos os ex-Presidentes e ex-Ministros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atuaram como Presidentes do Conselho do BNDES. Essa é a exposição de motivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Melles.

Consulto se algum Deputado gostaria de encaminhar contrariamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Presidente, não só vou votar favorável, mas também quero dizer que nós não fizemos acordo para convidar Presidente de Conselho do BNDES, não, mas para convidar Presidente do BNDES. Quero só deixar bem clara a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Em votação o item 42, Requerimento nº 54, de autoria do Sr. Carlos Melles, que *“solicita a convocação do Sr. Miguel Jorge”*.

As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O item 43 foi retirado da pauta. Em relação aos itens 44 e 45, eu consulto o Plenário se também há acordo para deliberação no sentido de sua retirada.

Com a palavra o autor, o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, sobre o item 44, no entendimento que foi feito, e evidentemente sem prejuízo de uma avaliação posterior, nós solicitamos a retirada do item 44 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Seja retirado o item 44 e também o item 45.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - E o item 45.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo item da pauta é o item 46, Requerimento nº 246, do Sr. Carlos Zarattini, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Fabio Bicudo, Presidente do Conselho de Administração da empresa Eneva, ex-MPX Energia, para prestar esclarecimentos”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós consideramos importante ouvir esse representante da MPX. A MPX é a antiga empresa, hoje se chama Eneva, que recebeu financiamentos do BNDES e faz parte do famoso grupo X. Então, requeremos que este Plenário aprove essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se alguém gostaria de encaminhar contrariamente. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação o Requerimento nº 246, de autoria do Sr. Carlos Zarattini, que requer que seja submetida à deliberação do Plenário a convocação do Sr. Fabio Bicudo.



As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Aliás, os Bicudos são sempre bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo item da pauta é o item 47, Requerimento nº 151, do Sr. Arnaldo Jordy, que *“requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Pepper Comunicação Interativa Ltda.”*

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, em respeito ao entendimento que foi feito com diversos Parlamentares aqui, nós vamos pedir a retirada desta.. *(Pausa.)* Não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, vamos... Desculpem-me, estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - As Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o Requerimento nº 151, do Sr. Arnaldo Jordy...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini,

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu só gostaria que fosse explicitado aqui o motivo, porque é a quebra de sigilo de uma empresa, quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico.

O SR. DEPUTADO GOULART - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu acho que tem que ter uma justificativa, para que a gente possa votar favoravelmente. Depois, tem outros requerimentos que tratam dessa mesma empresa, dos seus sócios, não é?

O SR. DEPUTADO GOULART - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, nós gostaríamos de ter uma informação sobre por que fazer isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, eu agradeço a palavra. Eu conheço essa empresa Pepper já de muitos anos. E a empresa prestava serviço a vários segmentos da sociedade e há poucos anos veio prestar serviço para o Governo. E acho que não é porque prestou serviço por um momento para o Governo que vamos acabar com a empresa, expondo-a, e tudo o mais. Eu conheço inclusive um dos sócios minoritários da empresa. E, se por acaso vier a voto, eu vou votar contrariamente não só a esse pedido de quebra de sigilo, mas também a todos os outros que disserem respeito a essa empresa. É uma empresa conceituada, que sempre prestou outros serviços e que não é uma empresa que foi criada para prestar serviço para o Governo.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu *(riso)*... É estranho. Eu tenho aqui um registro da Polícia Federal, que a está investigando na chamada Operação Acrônimo, e essa empresa foi alvo de uma ação de busca e apreensão da Polícia Federal no dia 25 de junho 2015. Eu não quero aqui contestar sua boa reputação, que já foi pelo colega aqui agora registrada, está certo? Mas eu estou sendo factual. Essa empresa foi objeto de uma busca e apreensão, na Operação Acrônimo, no dia 25 de junho passado, e há uma grave suspeita. E a Polícia Federal não faria isso, nem lá, nem em lugar nenhum, se não tivesse uma motivação. A Polícia Federal é uma instituição absolutamente respeitada e com credibilidade na opinião pública, inclusive pelas ações que tem feito a jusante e a montante, diga-se de passagem. A Polícia Federal não tem nenhum tipo de... e, se tivesse, seria uma motivação protetiva aos interesses do Governo atual. E não é o caso, está certo?

Então, não há nenhuma impertinência em pedir aquilo que já está sendo objeto de investigação por outras instituições da República brasileira, como, por exemplo, a Polícia Federal.



Então, eu quero só justificar, por essas razões, o nosso pedido constante do Requerimento nº 151.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, veja bem, eu não tenho nada a opor àquilo que a Polícia Federal faz, mas o fato de a Polícia Federal investigar não quer dizer absolutamente nada. Ela está investigando, ela não está condenando, ela não está... Nem sabemos aqui de nenhuma conclusão dessa investigação. Então, parece-me um motivo... Se tudo o que a Polícia Federal está investigando nós investigarmos aqui... Primeiro, é um trabalho dobrado, e ela tem muito mais condições de fazer isso, porque ela tem equipamento para isso, coisa que nós não temos — computadores, *softwares* — para verificar esses sigilos todos.

Então, eu quero dizer aqui que nós não concordamos com essa questão. Quero manifestar a minha contrariedade a este requerimento e aos demais que tratam da empresa Pepper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. é contrário ao requerimento, mas vai votar favorável?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós vamos votar favorável...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu só quero registrar aqui que nós construímos um acordo...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós vamos votar favorável, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu sou testemunha de um acordo aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Espero que não seja rompido o acordo neste instante..

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu quero precisar, eu quero manifestar aqui a minha contrariedade. Nós vamos votar favorável por uma questão de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas eu quero dizer o seguinte: não é possível que “Ah, a Polícia Federal está investigando tal empresa”. Então, nós



vamos aqui no embalo da Polícia Federal...? A Polícia Federal que apresente suas conclusões, e aí nós vamos ver o que é necessário fazer a mais. Mas me parece absolutamente desnecessário esse tipo de requerimento nesta CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado André Moura, e, na sequência, o Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu ouvi aqui atentamente as colocações, as ponderações que foram feitas pelos Parlamentares que me antecederam, e eu quero, já que o clima aqui, meu caro Relator, Deputado José Rocha, é um clima de harmonia, de entendimento, talvez o mais prudente seria que nós pudéssemos, então, deixá-lo na pauta da próxima reunião para a gente discutir e deliberar essa questão da Pepper. Como existem aqui várias posições diferentes, e são vários requerimentos, inclusive de quebra de sigilo, eu acho que a gente poderia talvez deixar o encaminhamento para a próxima semana. Eu acho que seria o mais prudente, para que a gente pudesse, com mais calma, estudar, deliberar na próxima semana. Estou vendo aqui com os Deputados (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, foi feito um acordo...

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só quero registrar que fizemos um acordo — em meia hora aqui construímos um acordo, um entendimento —, nós abrimos mão de algumas posições nossas, foi concordado com a bancada do Governo do PT essa construção. E não é razoável, no meio do caminho, no meio da discussão, romper o acordo que foi construído. Presidente, se isso acontecer aqui, perde o sentido construir-se um acordo dentro da CPI. Isso é um precedente muito grave! Faço um apelo aos Líderes do Governo que construíram esse acordo para que não se rompa acordo neste instante.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Na verdade, antes do início dos trabalhos, conforme afirma o Deputado Betinho, foi construído um acordo com o Governo. Então, é importante que ele possa até eventualmente ter uma posição contrária, manifeste-se de forma contrária, mas que nós tenhamos aí os votos favoráveis para a aprovação dos requerimentos. Faltam quatro ou cinco requerimentos. E eu respeito, Deputado, a sua manifestação, mas isso foi acordado, e não faz o menor sentido agora nós rompermos o acordo, até porque algumas ações, alguns requerimentos foram inclusive adiados em função do acordo. Então, a aprovação dos requerimentos de quebra de sigilo está dentro desse contexto, e é de bom alvitre que se aprovelem agora os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, sem entrar no mérito, eu gostaria de chamar a atenção desta Comissão para o fato de que quebra de sigilo já é decisão pacificada no Supremo Tribunal Federal: tem que ser muito bem fundamentada. É como decisão judicial. Decisão judicial tem que ser fundamentada. E assim é a quebra do sigilo. Nós não podemos pedir a quebra de sigilo de uma empresa baseados numa matéria de jornal qualquer. É preciso... E eu não conheço a fundamentação que fora feita neste requerimento, portanto eu não me sinto à vontade para votar favorável. E eu vou na mesma linha do Deputado André Moura: eu não tenho nada contra o mérito da matéria, mas eu acho que não haveria nenhum prejuízo aos autores e nem a esta Comissão se nós deliberássemos este requerimento na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deixa eu só manifestar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria, antes de V.Exa. arbitrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Primeiro, é bom lembrar que nós estamos aqui na CPI do BNDES, porque, às vezes, alguns esquecem. Houve uma ação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal, e esta empresa tinha



contratos com o BNDES. (*Riso*) Não há nenhuma impertinência. Ao contrário! É dever desta CPI investigar isso! Ora, se a Polícia Federal já tiver investigado, o processo for concluído, os culpados presos, daí, sim, nós não teríamos o que fazer, contraditando, com todo o respeito, os argumentos do Deputado Zarattini. Esta CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito! Ela tem o dever, a missão precípua, Deputado José Rocha — só concluindo —, de investigar, está certo? Não existe outra função da CPI a não ser esta.

Então, esse é o primeiro aspecto do meu argumento com relação à justificativa. O outro é que foi feito um acordo, e parte desse acordo já foi exercido. É bom que as pessoas entendam isto: parte desse acordo já foi cumprido. Eu acho que não há previsão regimental para rever matéria vencida, decisões já tomadas, nesta sessão aqui. Houve um acordo preciso sobre os termos dessa votação.

Então, eu acho que a gente deva honrar esse acordo, pelo menos o de hoje. Cada um pode rever as suas estratégias futuras, mas esse acordo está cumprido. E acho muito estranha a ponderação feita pelo Deputado André de romper esse acordo e deixar isso para um próximo momento, quando o próprio Deputado Zarattini já havia aquiescido àquilo que ele nos disse no acordo: ele ia manifestar a contrariedade, mas o voto ia...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só mantendo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois é. E eu quero parabenizar V.Exa.

Então, era essa a condução, e quero dizer que não vou retirar o requerimento, porque ele foi objeto do acordo firmado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ... acordo já cumprido, em parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra rapidamente ao Relator, e peço brevidade a V.Exa., porque nós estamos na iminência do início da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vejo aqui um apelo feito pelo Deputado André Moura, pelo Deputado Goulart, o Zarattini se colocou nessa questão, e vejo uma resistência por parte tanto do Betinho quanto do próprio autor do requerimento. Se pudermos



construir aí um compromisso de ele ser votado na próxima reunião de requerimentos, seria uma maneira de conciliar, se não, não tem o que fazer, é cumprir o que está determinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Nós temos aqui quatro oradores inscritos ainda: os Deputados Carlos Melles, Marcelo Squassoni, Fabio Reis e Mauro Pereira. Eu só peço brevidade a V.Exas., para que a gente possa avançar nessa questão...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...de se manter o acordo, ou de romper o acordo. Nós não vamos ter outro caminho.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ou se mantém o acordo — e eu sou testemunha inclusive do acordo —, porque parte do acordo já foi honrado. Nós não podemos perder de vista que parte do acordo já foi honrado, que foi a supressão de artigos da pauta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu estou com a palavra. Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - *(Ininteligível)* para construir um novo acordo, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na sequência, V.Exa. Um Ministro tem sempre preferência.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Presidente, eu vou pedir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Reconsideração do acordo.

(Não identificado) - Reconsideração do acordo, meu Relator, ajude-me.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, eu agradeço a delicadeza e chamo a atenção dos colegas...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu queria pedir a atenção dos colegas, pois esta Casa sempre foi muito correta no cumprimento de acordos, e dentro de uma CPI, então... E o Presidente, na primeira votação do acordo, disse



aqui textualmente: “O acordo está funcionando”. O Deputado Zarattini tem essa credibilidade e essa confiança na Casa, pela postura dele.

Eu não fiz parte do acordo, e respeito o acordo, e vou votar com o acordo. Eu acho que nós damos um péssimo exemplo ao não cumprir o acordo que está sendo feito, senão nos desmoraliza a todos, porque um fala uma coisa, outro fala outra coisa. O acordo foi feito, então é cumprir o acordo a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Fabio Reis.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Sr. Presidente, quero até concordar aqui com os nobres colegas também, o André Moura e o Edio, em que a gente pudesse ponderar. Nós iremos votar no mérito “sim”, a favor, mas nós sabemos que existe um acordo. Então, se pudéssemos ponderar e vermos se mantemos na pauta para a próxima semana.

Essa é a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Rotta, colegas Deputados, é lógico que o acordo tem que ser cumprido, mas eu também gostaria de solicitar. E, como tem uma solicitação de um colega nosso pedindo para que seja analisado na semana que vem, na minha opinião, nós não vamos tirar o mérito da questão, e não quer dizer que não vai ser votada. É só questão de respeito, de atenção ao colega. Afinal de contas, o objetivo da nossa CPI não vai ser furtado. Pelo contrário. A única coisa é que nós vamos estar atendendo ao pedido de um colega. E é lógico que hoje é aquele colega, amanhã pode ser eu, amanhã pode ser o próximo. Essa é uma questão até de respeito aos colegas.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, eu quero voltar a fazer um apelo ao bom senso. Nós definimos um acordo, definimos pela aprovação dos requerimentos de informação. O Deputado Carlos Zarattini falou pelo bloco da



Situação, assumiu o compromisso, e agora há algumas manifestações contrárias. Não há meio acordo. Não há como nós termos aqui um acordo até certo momento e, depois, revermos o acordo.

Se esse acordo não for cumprido hoje, ele cria neste momento um paradigma, Sr. Presidente, e não há a possibilidade de se fazer, de se firmar, qualquer acordo na CPI do BNDES a partir desta data.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Meu caro, permita-me...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quero deixar isso claro. Desculpe-me, Relator, mas quero deixar absolutamente claro que, se esse acordo não for cumprido, da nossa parte, do PSDB, nós não faremos mais nenhum acordo na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Relator Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Meu Vice-Presidente, não se está aqui propondo quebra de acordo. É um apelo do Deputado André Moura, que pode ser considerado ou não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Da nossa parte, nós não acolhemos, com todo o respeito ao Deputado, nós não acolhemos. Nós fizemos um acordo. Cumprimos a nossa parte. E agora isso tem que ser cumprido.

(Não identificado) - Presidente, eu solicito que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu só queria dizer a V.Exas. duas coisas. Primeiro, eu, pessoalmente, estou tendo muita cautela, muita preocupação e muito cuidado em relação à transferência de sigilo e à quebra de sigilo. Eu tenho uma preocupação muito grande com o destino e com os rumos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que não soframos qualquer tipo de intervenção por parte do Supremo Tribunal Federal.

Existem alguns requerimentos de ordem genérica. E nós estamos tentando, inclusive, dar condições técnicas e legalistas aos autores, para que eles possam vir à votação. Mas existe um despacho do Ministro Marco Aurélio em que S.Exa. é muito claro com relação à quebra e transferência de sigilo. Diz que se impõe que os pronunciamentos venham acompanhados de justificativa relevante, com a clara individualização dos dados pretendidos, permitindo-se, assim, o legítimo exercício do direito de defesa ao longo de procedimentos. Então, o que foi feito de forma



genérica, sem fato determinado e sem a devida individualização não terá amparo por parte do Presidente. Nós estamos tentando alertar a confecção inclusive de novos requerimentos nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agora, esses que estão na pauta, segundo a assessoria técnica que eu pessoalmente consultei, estão amparados de forma extremamente legalista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro, claro. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, não estou colocando em pauta requerimentos com motivação. Eu não estou levando em consideração a motivação do autor e, sim, a legalidade do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E a tecnicidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Esta é uma precaução que eu vou ter, e vou ter sempre. Só para finalizar. Em relação à quebra do acordo, isso fatalmente vai inviabilizar, Deputado Zarattini, acordos no futuro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esvaziamento da sessão também é quebra de acordo, Presidente. Esvaziamento da sessão também é quebra de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agora, eu sou testemunha de que um acordo fora construído e que, nesse momento, há uma reconsideração do acordo. Não posso interferir no posicionamento de cada um dos Parlamentares, porém acho que a quebra do acordo feito fere de morte possíveis acordos futuros.

Com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Presidente, eu vou dizer. É uma situação, Presidente...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O Governo acaba de romper acordo nesta CPI.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu não comando Deputados. Eu não comando Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Alexandre Baldy.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu não determino que Deputado esvazie. Não determino.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A palavra está... Eu peço a gentileza de V.Exa. para que possamos ouvir o Deputado Alexandre Baldy. Na sequência, o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, questão de ordem. Meu nome foi citado. Eu solicito tempo, porque o meu nome foi citado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu acredito que esta CPI está sendo conduzida com muito êxito por V.Exa., pelo Relator José Rocha, pelo Vice-Presidente Miguel Haddad e por todos nós. Hoje, o que foi construído aqui foi no intuito de nós podermos evoluir no trabalho. A CPI tem ainda 2 meses de trabalho pela frente, com muitas informações a serem pretendidas.

V.Exa. colocou um ponto muito importante que é o questionamento feito pelo Deputado Edio Lopes, que retorna agora ao plenário, sobre a suspeição da quebra de sigilos por parte do Supremo Tribunal Federal. E essas que estão incluídas na pauta estão amparadas, de acordo com o mérito, como determina o Supremo Tribunal Federal, quer dizer, não serão questionadas posteriormente. Eu acredito que os acordos devem ser mantidos, estabelecidos, senão, realmente, daqui em diante vai ser, como disse o Deputado Miguel Haddad e o Deputado Betinho, da forma como cada um bem entender. E esse ambiente construído aqui, hoje, com muita harmonia, não será preservado no futuro.

Então, eu reitero aqui que estou com o Vice-Presidente Miguel Haddad, com o Deputado Betinho e o Deputado Jordy, assim como temos requerimentos de mesma autoria, para que se mantenha o acordo, para que se mantenha a votação, para que a gente se o quórum do plenário, com todo o respeito aos pedidos que foram realizados e considerados pelos colegas Deputados anteriormente. Solicito então que os acordos sejam preservados, para que, no futuro, não haja nenhum problema. Hoje, houve o descumprimento, se isso for realmente conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Baldy.



Concedo a palavra ao Deputado Zarattini e, na sequência, ao Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder do PT. Não sou Vice-Líder do Governo. Sou Vice-Líder do PT e tento aqui, evidentemente, fazer acordos aqui que sejam respeitados. Certo? Não estamos querendo aqui fazer molecagem com ninguém. O que houve foi uma ponderação do Deputado Goulart, que não estava aqui no momento em que foi feito o acordo. Chegou depois, fez uma ponderação e sensibilizou vários Deputados. Não era uma questão de comando.

Ontem, não houve, apesar de ter havido um esforço grande, quórum no plenário do Congresso para votar os vetos da Presidente. Então, não existe aqui controle absoluto sobre os Deputados. Então, desculpem-me. Estamos tentando fazer um esforço nesse sentido, mas nem sempre nós conseguimos obter sucesso. Certo? Fizemos um esforço. Vamos cumprir a nossa parte do acordo, para avançarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Jordy

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - V.Exa. foi avalista desse acordo. Aliás, o acordo se deu em torno de V.Exa., da Presidência. Como é de praxe nesta Casa, o Presidente, é quem conduz os trabalhos aqui, é o líder institucional da CPI. Eu quero saber qual é o procedimento que V.Exa. vai adotar diante do claro e flagrante esvaziamento da sessão. A Ordem do Dia está para começar, e eu quero saber de V.Exa., como avalista desse acordo feito, qual será a condução. E aqui não há nenhum questionamento à conduta de V.Exa. É apenas um esclarecimento sobre a conduta que V.Exa. vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou cumprir com o meu papel de colocar o requerimento em votação, Deputado Jordy. É isto que eu vou fazer.

Com a palavra o Deputado André Moura.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero deixar claro aqui, concordando com o que disse o Relator Deputado José Rocha, que o que eu solicitei aqui foi apenas uma reconsideração. Eu não estou propondo aqui... Não existe proposta de quebra de acordo. É apenas uma reconsideração para que nós possamos assumir um compromisso temporal.

O Deputado Arnaldo Jordy, com todo o respeito que eu tenho a S.Exa., se expressou em relação aos membros desta CPI usando o termo molecagem. Eu acho que este não é um termo apropriado, adequado, aos Parlamentares que compõem esta CPI. Eu entendo que não há controle, por parte de ninguém, da permanência ou não do Parlamentar na sessão. Todo mundo aqui é independente. Todo mundo aqui é maior. Todo mundo aqui foi eleito. E ninguém aqui depende da determinação nem da orientação de ninguém.

Então, não existe controle, muito menos molecagem. O que nós estamos solicitando aqui é apenas uma reconsideração, mediante as ponderações que foram feitas pelo Deputado Goulart, que eu acho pertinentes. A quebra de sigilo bancário de qualquer empresa é algo que nós podemos perfeitamente discutir. E a solicitação é um compromisso temporal de nós não votarmos no dia de hoje e deixarmos para votar na próxima reunião para discussão de requerimentos. E nós teremos o compromisso de votar inclusive, Sr. Presidente, pela aprovação do requerimento.

Nós não estamos dizendo aqui que vamos votar contra o requerimento. Nós estamos apenas solicitando uma reconsideração para que possamos deixar para votar na próxima semana, mesmo porque nós estamos pedindo aqui uma reconsideração e não uma quebra de acordo. E não há compromisso, pelo menos da minha parte, de votar com o mérito — da minha parte de votar com o mérito, não. Da minha parte, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas da minha parte não, Deputado Betinho. Da minha parte, não. Posso falar por mim. Não há compromisso da minha parte de votar com o mérito. Eu estou falando da minha parte. Não estou falando da bancada do Governo. Eu não faço parte da bancada do Governo.



Então, Sr. Presidente, é só uma reconsideração e uma solicitação. E queria fazer aqui as devidas ponderações ao Deputado Jordy, que falou usando o termo pejorativo molecagem. Eu não vejo moleques aqui neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Coloco em votação o Requerimento nº 151, do Sr. Arnaldo Jordy, Item 47 da pauta, que requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Pepper Comunicação Interativa Ltda. *(Pausa.)*

Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o Requerimento nº 151 permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem apoio de alguém?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não tenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não havendo apoio, coloco em votação. *(Pausa.)*

Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, apenas dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela ordem, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, como eu posso solicitar o pedido de verificação?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ...que não houve, Deputado André Moura, não houve nenhuma intenção deste Deputado de ofender a V.Exa. ou a quem quer que seja nesta Comissão. Foi apenas uma manifestação reativa diante do que nós todos assistimos aqui.

Eu peço desculpa se alguma expressão da minha parte ofendeu a V.Exa. ou a qualquer outro Deputado. Não foi essa a intenção. Portanto, eu quero deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço o posicionamento e a gentileza de V.Exa.



Item 48.

Requerimento nº 189, do Sr. Alexandre Baldy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito a transferência dos sigilos fiscal, bancários e telefônico da Agência de Publicidade Pepper Interativa Digital e cópia do contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES”*.

Para encaminhar o requerimento, eu concedo a palavra ao autor, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, como no requerimento anterior, eu creio que são importantes essas informações para o encaminhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu solicito que o requerimento seja aprovado por todos os nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se alguém gostaria de encaminhar contrário ao requerimento do Deputado Alexandre Baldy.

Coloco em votação. *(Pausa.)*

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam o Item 48, Requerimento nº 189, do Sr. Alexandre Baldy, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 49. Requerimento nº 329, do Sr. Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o presente pedido de quebra de sigilo fiscal e bancário de Pepper Comunicação Integrada Ltda., CNPJ 07.627.418/0001-72, Pepper Comunicação Interativa RJ Ltda., CNPJ 18.509.006/0001-54 e seus sócios administradores Amauri dos Santos Teixeira, CPF 074.284.948-54 e Danielle Miranda Fonteles, CPF 512.936.171-72, respectivamente, correspondente ao período de 1º de janeiro de 2005 a 30 de setembro de 2015, cujas informações a serem produzidas por instituições do sistema financeiro deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em meio digital que permita operações de buscas e manuseio em banco de dados, requerendo, especialmente, a apresentação das faturas de cartões de crédito dessas instituições e extratos de conta corrente com informações completas e, quando possível, com identificação de depositantes e beneficiários de transferências de recursos”*.



Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, as razões são as mesmas dos requerimentos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se algum Parlamentar gostaria de encaminhar contra.

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação o Item 49, Requerimento nº 329. *(Pausa.)*

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só para esclarecimento desta Comissão e até para eventuais futuros debates, V.Exa. recusou a solicitação do Deputado André Moura de verificação de votação. Com base em que artigo V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com base em apoio isolado, não há como pedir verificação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É uma questão de ordem de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É. Eu gostaria de esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou responder já, já, a questão de ordem, e V.Exa. mesmo sabe, como Vice-Líder de seu partido, que isto é uma praxe, inclusive no Plenário da Câmara. Por várias vezes, o próprio Presidente Eduardo Cunha só concede a verificação de quórum com apoio dentro do Plenário da Câmara, mas eu vou já responder a questão de ordem de V.Exa.

Próximo Item da pauta é o de número 50.

Requerimento nº 265, do Sr. Betinho Gomes, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de quebra dos sigilos bancário, telefônico, telemático e fiscal da OPR*



Consultoria Imobiliária, inscrita sob o CNPJ 10.594.848/0001-40, com sede na capital mineira, Belo Horizonte, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2014”.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor, o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, esse requerimento se justifica pelas informações da Polícia Federal, que investiga essa empresa, e se faz necessário em função de empréstimos do BNDES que foram viabilizados pela Consultoria.

Por isso, eu peço apoio para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se alguém gostaria de encaminhar contrariamente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Chama-me a atenção, Sr. Presidente, a data.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Por que é até 2014, e não até 2015, como é praxe em todos os requerimentos nesta Comissão? Qual foi o critério para que fosse...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Foram informações de matérias jornalísticas que afirmam que, durante esse período, a empresa intermediou recursos do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Reginaldo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sinceramente, eu não consegui entender os argumentos do nobre Deputado Betinho em relação ao pedido de informação desse requerimento. A situação é difícil, porque, na verdade, nós fizemos aqui um acordo de procedimento, que estamos cumprindo, mas, de fato, em nenhum momento nós tratamos desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Coloco em votação o Item 50, Requerimento nº 265, de 2015, do Sr. Betinho Gomes.



As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Reginaldo Lopes.

Item 51.

Requerimento nº 330, de 2015, do Sr. Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o presente pedido de quebra de sigilo telemático de Pepper Comunicação Integrada Ltda., CNPJ nº 07.627.418/0001-72, Pepper Comunicação Interativa RJ Ltda., CNPJ 18.509.006/0001-54, e seus sócios administradores Amauri dos Santos Teixeira, CPF 074.284.948-54 e Danielle Miranda Fonteles, CPF 512.936.171-72, respectivamente, para acesso aos e-mails e demais correspondências eletrônicas por eles realizadas, objetivando obter provas de eventuais crimes praticados por meio da Internet, no período entre 1º de janeiro de 2005 e 23 de setembro de 2015”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, as razões são as mesmas que apresentamos aqui em relação aos requerimentos anteriores, motivo pelo qual eu peço o apoio do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se alguém deseja encaminhar contrariamente.

Não havendo quem queria encaminhar, coloco em votação o Item 51, Requerimento nº 330, de autoria do Sr. Miguel Haddad.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, V.Exa. poderia nos informar sobre as próximas reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou tentar responder a V.Exa., Deputado Zarattini, para que não fique nenhum tipo de dúvida a respeito do comportamento da Mesa em relação à verificação de quórum.

Quando o Deputado André pediu a verificação, automaticamente nós nos remetemos ao posicionamento costumeiro do Plenário, que é o de sempre não



individualizar os pedidos de votação nominal e fazer um acompanhamento. Eu estou atuando aqui, inclusive, em conformidade com o próprio Regimento Interno e contando com a participação do Secretário da Mesa.

Mas eu vou responder a V.Exa. na próxima reunião, até para que nós não....

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O Deputado André Moura é Líder do PSC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sim, mas S.Exa. está representando um bloco. Na verdade, S.Exa. é Líder do PSC, mas aqui ele representa um bloco, não representa o PSC. S.Exa. está inserido dentro de um bloco partidário.

Por isso que o entendimento aqui da Mesa é exatamente de que necessitava de um apoio. Eu inclusive o questioneei: “V.Exa. tem apoio?” E ninguém se manifestou para apoiar o Deputado André.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sim, mas, veja bem, o que precisa ficar claro, até para nós, em outras votações, termos esse procedimento mais claro, é em que artigos está baseada essa situação, para nós também podermos fazer uma análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - No art. 185, § 3º, do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Art. 185, § 3º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Este é o posicionamento da Secretaria da Mesa.

Agradeço a presença do Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para terça-feira, dia 13 de outubro, para que possamos ouvir o Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro do MDIC, para prestar depoimento nesta CPI. Na próxima quinta-feira, ouviremos o empresário Taiguara Rodrigues dos Santos.

Está encerrada a presente reunião.